

# Congresso deve aprovar limites à ação

quarta-feira, 6/3/91 □ 1º caderno □ 31

## do Executivo

*Dora Kramer e  
Rita Tavares*

BRASÍLIA - Os parlamentares governistas, ontem, estavam convictos de que o presidente Fernando Collor sofrerá hoje sua mais contundente derrota no Congresso. Ninguém duvidava de que o projeto de lei complementar que limita o poder do Executivo baixar medidas provisórias será aprovado pela Câmara. Prova disso foi a leitura em plenário do relatório do deputado José Clerot (PMDB-PB), que manteve praticamente intacta — a não ser a retirada do artigo que proibia o presidente de editar medidas sobre aplicações em contas correntes e cadernetas de poupança — a proposta original do deputado Nelson Jobim, autor do projeto. Numa última tentativa de ganhar tempo, o governo hoje ainda tentará adiar a votação.

Mas o desânimo entre os aliados de Collor durante os trabalhos de ontem foi total. "Não há mais nada a fazer. Nossa esperança agora é o Senado", desabafou o líder do PRN na Câmara, Arnaldo Faria de Sá (SP), no final da tarde, referindo-se ao fato de que o projeto ainda terá de passar pelo Senado. Apesar da certeza da derrota, nenhum dos cinco deputados e um senador que estiveram com Collor ontem, em conversas particulares, teve coragem para expor essa previsão ao presidente. "O guizo no pescoço do gato ninguém quis amarrar", constatou um desses parlamentares.

O resultado foi que, na avaliação de outro participante do mesmo grupo, "o governo continua na ilusão de que pode ganhar e as lideranças na ilusão de que o presidente trabalha pela vitória". Numa das conversas de ontem à tarde, Collor autorizou um dos líderes fiéis ao governo a conversar com deputados favoráveis ao projeto que limita o uso das medidas provisórias para saber de suas insatisfações e procurar resolver caso a caso. Os termos dessas tentativas de acordo ficaram em segredo. Até porque nenhum deles estava disposto a se desgastar publicamente, uma vez que a derrota era considerada inevitável.

**Afagos** — Além da aflição da derrota, os governistas já se preocupam com as consequências políticas da decisão do presidente Collor de recorrer ao Supremo Tribunal Federal, se até o veto que ele pretende impor ao projeto (caso aprovado) for derrubado pelo Congresso. "Nesse caso, o entendimento nacional, que agora está nas mãos do Legislativo, ficará inviabilizado pelo confronto", opinou um deputado do PFL. Ante a ameaça do líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA), de trocar os "beijos" — como o apoio do PMDB à medida provisória de preços e salários — por "tapas", os líderes governistas ontem ainda tentavam salvar o relacionamento entre oposição e governo. "O importante é preservar o capital político da semana passada. Fazer com que os tapas sejam tão suaves que pareçam um carinho", propunha Arnaldo Faria de Sá.

Um encontro casual, à porta do plenário, entre os líderes do governo na Câmara, Humberto Souto, e Genebaldo Correia, evidenciou a correlação de forças favorável à oposição. Em tom de brincadeira, Genebaldo ameaçou dar o primeiro "tapa" no governo levando sua bancada a rejeitar "esse requerimentozinho" de adiamento da votação. Sem graça, Humberto Souto titubeou: "Nem sei mais se vou apresentar". Eles passaram então a discutir o conteúdo do projeto, sem que nenhum dos dois se convencesse com a argumentação do outro. "Eu não falo e o Genebaldo não ouve", ironizou Souto.

Ficaram nessa troca nervosa de provocações até que Genebaldo chamou o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), favorável ao projeto apesar de não ser oposicionista, para resolver a celeuma. Sabendo da posição de Andrada, Souto o afastou da discussão simulando galhofa: "Ele não serve, é constitucionalista". Já cercados por um grupo grande de deputados, Genebaldo provocou: "O que eu posso fazer se a minha casa está arrumada e a dele não?" Diante do irresponsável, Souto saiu-se pela conciliação: "Ele está cheio de voto e sabe que eu tenho de afagá-lo".